

ÍNDIA

REPÚBLICA DA ÍNDIA

Chefe de Estado:	Pratibha Patil
Chefe de Governo:	Manmohan Singh
Pena de morte:	retencionista
População:	1198 milhões
Esperança média de vida:	63,4 anos
Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):	77/86 por 1000
Taxa de literacia nos adultos:	66 por cento

A reforçada legislação antiterrorismo e de segurança introduzida após os ataques de 2008 em Bombaim foi relacionada com relatos de detenções arbitrárias e de tortura. A violência maoísta na Índia central alastrou à região de Bengala Ocidental, com ataques contra as comunidades locais e a morte de pelo menos 300 civis. Ocorreram execuções extrajudiciais em vários estados e os defensores dos direitos humanos foram ameaçados e presos de forma arbitrária. Os processos judiciais continuaram a não garantir justiça para as muitas vítimas de violações dos direitos humanos cometidas no passado, da violência contra minorias religiosas e dos abusos cometidos por grandes empresas. Os adivasis (comunidades indígenas), pequenos agricultores e residentes de áreas urbanas que vivem na pobreza por toda a Índia e cujos meios de subsistência se encontravam ameaçados pelo desenvolvimento acelerado e por projectos de exploração mineira, continuaram a resistir às tentativas de aquisição das suas terras e recursos naturais. Pelo menos 50 pessoas foram condenadas à morte mas, pelo quinto ano consecutivo, não houve execuções.

Antecedentes

As iniciativas de paz entre a Índia e o Paquistão estagnaram, com as autoridades indianas a insistirem que os ataques de 2008 em Bombaim tinham sido levados a cabo por pessoas ou grupos baseados no Paquistão. Os ataques demoraram três dias e causaram a morte a 174 pessoas. As iniciativas indo-paquistaneses sobre a questão da Caxemira também não registaram progressos, apesar de as autoridades indianas terem retomado as conversações com os líderes locais. As forças de segurança indianas lançaram operações paramilitares e policiais coordenadas contra a alastrante rebelião maoísta. Registaram-se protestos por causa dos abusos dos direitos humanos cometidos por ambos os lados. Cerca de 200 pessoas foram mortas na violência política relacionada com as eleições gerais de Abril/Maio e em vários ataques à bomba em todo o país.

O crescimento económico continuou largamente confinado a sectores urbanos chave, e foi temperado pela tendência global de recessão, as preocupações com a segurança e os abusos dos direitos humanos cometidos por grupos armados e estatais. Estimativas do Governo de 2005 indicavam que cerca de um quarto da população da Índia vivia abaixo do nível nacional de pobreza.

Contra-terrorismo e segurança

As investigações aos atentados terroristas de 2008 em Bombaim e noutros locais levou à detenção ao abrigo de várias leis de segurança de mais de 30 suspeitos, que foram detidos sem acusação formal em vários estados por períodos que iam de uma semana até dois meses. As denúncias de homicídios dolosos, tortura e outras formas de maus-tratos de suspeitos, e a não abertura de inquéritos independentes a estes incidentes deram origem a protestos.

■ Em Outubro, o Supremo Tribunal rejeitou um pedido para abrir um inquérito independente à morte de dois homens jovens e de um agente de polícia num tiroteio em Batla House, Nova Deli, em Setembro de 2008. Os dois homens estariam alegadamente envolvidos numa série de ataques à bomba em Nova Deli, em Setembro de 2008.

Violência entre forças de segurança, milícias e maoístas

O conflito entre grupos maoístas armados proibidos pelas autoridades e a polícia e outras forças paramilitares na região de Chhattisgarh, Índia central, alastrou a outros estados após meses de violência política. Ambos os lados sequestraram, torturaram e assassinaram pessoas com impunidade, muitas vezes atacando civis. As forças paramilitares incluíam a milícia Salwa Judum, alegadamente apoiada pelo governo. Cerca de 40 mil adivasis continuavam deslocados internamente pelo conflito em curso, com cerca de 20 mil alojados em acampamentos e os restantes espalhados pelo vizinho estado de Andhra Pradesh. Os defensores dos direitos humanos que denunciaram os abusos cometidos pelas forças de segurança continuaram a ser perseguidos pelas autoridades.

■ Em Maio, Binayak Sen, médico que trabalha em prol dos direitos económicos, sociais e culturais dos adivasis e trabalhadores contratados, e crítico da milícia Salwa Judum em Chhattisgarh, foi libertado sob fiança após ter passado dois anos na prisão. Continuava a enfrentar acusações de ajudar os maoístas.

■ A 17 de Setembro, agentes da polícia mataram a tiro seis pessoas e incendiaram as suas casas na localidade de Gachanpalli, distrito de Dantewada, Chhattisgarh.

■ A 1 de Outubro, nove aldeões, quatro dos quais da mesma família, foram mortos por agentes de polícia em Gompad, no distrito de Dantewada.

■ Em Dezembro, Kopa Kunjam, membro da organização não governamental de desenvolvimento Vanvasi Chetna Ashram, que apoia o realojamento das comunidades adivasi deslocadas pelo conflito na região de Chhattisgarh, foi detido sob acusações de homicídio politicamente motivadas. As autoridades tinham já demolido as instalações da Ashram em Maio.

O conflito alastrou à região de Lalgah, na Bengala Ocidental. Cerca de 800 adivasis encontravam-se internamente deslocados na região, alguns dos quais estavam alojados em acampamentos improvisados.

■ Em Setembro, as autoridades da Bengala Ocidental detiveram 23 mulheres adivasi em Lalgah e acusaram-nas de serem maoístas, mas libertaram-nas mais tarde em troca da libertação de um polícia tomado como refém por militantes maoístas.

■ Em Outubro, militantes maoístas sequestraram e mataram um agente dos serviços de informações e abandonaram o seu corpo mutilado numa auto-estrada no vizinho estado de Jharkhand.

Homicídios dolosos

Continuaram a ser denunciados casos de homicídios dolosos em vários estados do Nordeste do país, principalmente Manipur e Assam, onde as forças de segurança e organizações separatistas armadas estão há décadas envolvidas num conflito de reduzida intensidade. Apesar dos protestos contra a actuação das forças de segurança no Nordeste e na região de Caxemira, as autoridades recusaram anular a Lei dos Poderes Especiais das Forças de Segurança de 1958. O Relator Especial da ONU para as execuções extrajudiciais, sumárias

ou arbitrárias considerou que a lei facilitava as execuções extrajudiciais ao permitir às forças de segurança disparar a matar em circunstâncias em que não existe necessariamente um risco iminente.

■ Em Março, Anil Mazumdar, editor do jornal *Aji*, foi morto a tiro por homens armados na localidade de Guwahati, no estado de Assam, após ter defendido a realização de conversações de paz entre a ilegalizada Frente Unida de Libertação de Assam e as autoridades estatais.

■ Em Maio, Satish Loitongbam e Pebam Gunendro Singh, ambos residentes em Imphal, foram detidos por alegados membros da divisão Assam Rifles estacionados em Manipur. Gunendro Singh foi libertado três dias depois. Satish Loitongbam foi levado para local desconhecido e morto a tiro.

■ Em Julho, comandos da polícia de Manipur mataram a tiro Sanjit Chungkham e uma mulher grávida, Rabina Devi, no bazar de Khwairamband, em Imphal. Um vídeo do incidente mostra que Sanjit Chungkham foi alvejado já depois de ter sido detido.

Detenções arbitrárias

Em Agosto/Setembro, as autoridades do estado de Manipur responderam a uma vaga de protestos detendo mais de 10 defensores dos direitos humanos durante buscas aos seus escritórios. Entre eles estava Jiten Yumnam, que continuava detido em prisão preventiva no final do ano. Cerca de 90 outras pessoas encontravam-se igualmente em prisão preventiva no estado de Manipur.

Responsabilidade corporativa

Comunidades marginalizadas por todo o país sofreram por o governo não conseguir protegê-las dos abusos das grandes empresas.

Bhopal

Vinte e cinco anos depois da tragédia causada por uma fuga de gás em Bhopal em 1984 – um dos piores desastres industriais do mundo – as comunidades locais continuavam a sofrer os seus efeitos e prosseguiram a sua campanha por justiça. A acção do Estado continuava a ser inadequada e a compensação insuficiente, o local da fábrica onde se registou a fuga continuava contaminado e as autoridades continuaram a não respeitar as promessas feitas aos sobreviventes e às suas famílias.

Desalojamentos forçados

Comunidades marginalizadas, incluindo camponeses sem terra e adivasis, foram ameaçadas de despejos forçados em vários estados para abrir caminho a projectos industriais e empresariais. Em alguns casos, os adivasis foram ameaçados de expulsão de terras designadas como exclusivamente suas pela Constituição indiana. As audiências públicas obrigatórias não providenciavam informações suficientes sobre os projectos empresariais ou de desenvolvimento, e o governo e responsáveis empresariais excluía frequentemente as comunidades afectadas dos processos de decisão.

■ A comunidade adivasi de Dongria Kondh e outras comunidades adivasi da região de Niyamgiri, no estado de Orissa, retomaram os protestos depois de as autoridades terem concedido autorização ambiental à exploração de uma mina de bauxite operada por uma subsidiária da empresa britânica Vedanta Resources e pela Corporação Mineira de Orissa.

Uso excessivo da força

Em vários estados, a polícia usou força desnecessária ou excessiva contra manifestantes de comunidades marginalizadas. Os defensores dos direitos humanos que fizeram campanha

pelo direito à terra e pelos direitos ambientais das comunidades rurais foram frequentemente detidos, intimidados e perseguidos pela polícia.

■ Em Novembro, a polícia matou a tiro os dirigentes adivasi Singanna e Andrew Nachika, da Chasi Mulia Adivasi Sangh, uma organização que defende o direito à terra dos adivasi de Narayanpatna, no distrito de Korapur, estado de Orissa. Os dois tinham participado numa manifestação para chamar a atenção para a alegada brutalidade policial contra as comunidades adivasi. A polícia descreveu a manifestação como um ataque.

■ Em Outubro, a polícia de Madhya Pradesh usou força desnecessária contra activistas políticos do Movimento Salvem o Rio Narmada, detendo 20 dos seus líderes. Os manifestantes exigiam ser consultados e pediam a implementação das ordens judiciais para a reabilitação das comunidades adivasi e outras deslocadas por projectos de irrigação.

■ Em Agosto, as autoridades do estado de Orissa libertaram Abhay Sahoo, do Partido Comunista da Índia. Ele estava preso há dez meses sob 20 acusações diferentes, depois de ter liderado um protesto contra as ameaças de despejos forçados relacionadas com a construção de uma siderurgia da empresa sul-coreana POSCO.

Impunidade

O governo indiano não garantiu a responsabilização dos autores dos muitos abusos dos direitos humanos ocorridos no passado.

Massacre de 1984

Vinte pessoas foram até agora condenadas pelo massacre deliberado de cerca de 3000 sikhs no Norte da Índia (incluindo em Nova Deli) após o assassinato da primeira-ministra Indira Gandhi, em 1984.

■ A pressão da opinião pública forçou o Departamento Central de Investigação a acusar Jagdish Tytler e Sajjan Kumar, dois dirigentes do Partido do Congresso acusados de incitar os seus apoiantes a cometerem os massacres de Nova Deli, após ter inicialmente afirmado que não existiam provas contra eles. Os protestos forçaram ainda o Partido do Congresso, no poder, a retirar os dois homens da sua lista de candidatos às eleições gerais.

Violações dos direitos humanos

Os perpetradores das violações dos direitos humanos ocorridas no estado do Punjab entre 1984 e 1994, e no estado de Assam entre 1998 e 2001 – incluindo desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais – continuaram a escapar à justiça. Persistiu a impunidade para os crimes cometidos no passado, incluindo os desaparecimentos forçados de milhares de pessoas no conflito armado de Caxemira desde 1989. O Tribunal Internacional Popular para os Direitos Humanos e Justiça da Caxemira sob administração indiana publicou um relatório documentando as valas comuns de mais de 2900 pessoas, que alegadamente desapareceram durante o conflito de Caxemira.

Violência comunal

A maior parte dos responsáveis pelos ataques de 2002 contra minorias muçulmanas no estado de Gujarat e por outras violações dos direitos humanos, incluindo execuções extrajudiciais ocorridas naquele estado, não foram trazidos perante a justiça. As investigações em curso registaram poucos progressos ao longo do ano.

■ Um inquérito considerou que as mortes de Ishrat Jahan e três outras pessoas pela polícia de Gujarat a 16 de Junho de 2004 como "assassinatos a sangue frio". No entanto, este relatório foi contestado pelo governo de Gujarat no Tribunal Superior, o qual nomeou uma Equipa Especial de Investigação para avaliar o caso. Na sequência de uma petição

apresentada pela família de Ishrat Jehan, o Supremo Tribunal suspendeu o processo no Tribunal Superior enquanto ouvia o caso.

Cerca de 15 mil pessoas, na sua maioria cristãs, foram deslocadas em 2008 no estado de Orissa devido aos actos de violência levados a cabo por centenas de apoiantes de organizações nacionalistas hindus. Até ao final do ano, a maior parte ainda não tinha regressado a casa. Os inquéritos judiciais à violência continuaram incompletos e as autoridades não formalizaram quaisquer acusações contra a maior parte dos atacantes.

Uma comissão oficial indiciou 68 dirigentes do Partido Bharatiya Janata, da oposição, e de outras organizações nacionalistas hindus pela destruição da mesquita de Babri, em Ayodhya, em 1992. Até à data, ninguém foi formalmente acusado. Continuou a impunidade daqueles que participaram na violência e nos massacres que ocorreram posteriormente em alguns estados.

Na Caxemira, a polícia e as forças paramilitares mataram um homem e feriram outras 150 pessoas durante uma manifestação, em Junho. Os manifestantes exigiam uma investigação independente às alegações de envolvimento de elementos das forças paramilitares nas agressões sexuais e homicídios de duas mulheres em Shopian, por entre relatos de tentativas para ocultar as provas de abusos sexuais. Uma investigação realizada pelo Departamento Central de Investigação concluiu que não tinham existido abusos sexuais e que as mulheres morreram afogadas, o que suscitou apelos para a abertura de uma investigação independente.

Discriminação

Dalits

Os membros das comunidades dalit continuaram a enfrentar ataques, boicote social e discriminação no acesso à saúde, educação e serviços legais em vários estados. As leis especiais aprovadas para responsabilizar os perpetradores destes actos de violência e discriminação continuavam a não ser eficazes.

■ Em Agosto, quatro dalits morreram à fome nos distritos de Nalanda e Jehanabad depois de membros das castas dominantes terem negado o seu acesso à comida e a outros bens essenciais.

■ Durante as eleições gerais de Abril/Maio, as comunidades dalit enfrentaram intimidação e violência em vários estados, principalmente em Bihar, Gujarat e Andhra Pradesh. A 23 de Abril, 74 casas pertencentes a comunidades dalit foram incendiadas no distrito de Madhubani, no estado de Bihar, deixando 300 pessoas desalojadas.

Grupos minoritários

Grupos nacionalistas hindus atacaram vários locais de oração de comunidades minoritárias e ameaçaram mulheres e casais inter-religiosos em Karnataka.

■ A 25 de Janeiro, activistas do grupo nacionalista hindu Sri Rama Sene atacaram 10 pessoas num bar em Mangalore.

Direitos dos trabalhadores

A legislação que garantia pelo menos 100 dias de trabalho por ano aos trabalhadores rurais pobres registou avanços em alguns estados, mas a sua aplicação continuava dependente da atenção das comunidades locais. Os defensores dos direitos humanos envolvidos na supervisão da sua aplicação enfrentaram ameaças e perseguições.

■ A 10 de Fevereiro, a polícia de Madhya Pradesh deteve Shamim Modi com base em acusações falsas, depois de a sua organização, o Sindicato Adivasi, ter levado a cabo um protesto pacífico para exigir o cumprimento das leis que garantem os direitos laborais e de posse de terras. Shamim Modi passou 21 dias na prisão antes de ser libertada. Em Julho, a polícia estadual e o departamento de florestas fizeram buscas no seu escritório e detiveram arbitrariamente 11 adivasis. Shamim Modi, que tinha sido ameaçada de morte, ficou ferida num ataque em Bombaim, alegadamente levado a cabo por mercenários contratados por empresários florestais.

Direitos das pessoas lésbicas, homossexuais, bissexuais e transexuais

Numa decisão histórica, o Tribunal Superior de Nova Deli rejeitou em Julho a secção 377 do Código Penal indiano relacionada com os actos sexuais consensuais. A secção 377, que criminalizava a homossexualidade e que fora introduzida durante o domínio colonial britânico, foi considerada discriminatória e "contrária à moralidade constitucional". Uma rejeição formal da lei encontrava-se pendente.

Pena de morte

Não se registaram execuções durante o ano, mas os tribunais condenaram pelo menos 50 pessoas à morte.

Visitas/relatórios da Amnistia Internacional

✉ Delegados da Amnistia Internacional visitaram a Índia em Fevereiro/Março e Agosto/Setembro.

📄 Índia: Evitar a responsabilidade: Corporações, governos e o desastre de Bhopal (ASA 20/002/2009)

📄 Índia: Carta Aberta às autoridades para retirar a autorização concedida à Corporação Mineira Vedanta-Orissa para projecto de exploração de bauxite que ameaça as comunidades indígenas de Dongria Kondh, Niyamgiri (ASA 20/004/2009)

📄 Índia: Autoridades devem evitar o uso excessivo de força na Bengala Ocidental (ASA 20/006/2009)

📄 Índia: Revogar a prisão preventiva de defensor dos direitos humanos em Manipur (ASA 20/019/2009).